

Escola da roça: o que é que está em jogo?

Alexsandro Rodrigues

PPGE/CE/UFES

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo A Escola Rural no Brasil precisa, cada vez mais, ser (re)mexida, indagada, problematizada, para (re)acender num coletivo cada vez mais consciente que faz parte deste território, como filho(a), trabalhador(a) da e com a terra, as diferentes lógicas que se materializam historicamente neste espaço e que muitos ainda tentam imprimir as marcas da negação. Ao fazermos diferentes perguntas sobre este lugar, podemos vislumbrar outra(s) lógica(s) para compreender os complexos discursos/práticas que se redesenham no viver rural. O presente ensaio é resultado de inquietações empíricas sobre o universo rural, em sua conseqüência sobre fazer/viver educação neste espaço/tempo de resistência e insistência. Busco através de uma escuta sensível estabelecer diálogos com pessoas simples, acreditando que estas, livres das amarras metodológicas, possam nos contar uma outra história sobre a roça, sobre os sujeitos que vivem e dão sentidos ao complexo universo rural.

Tentando construir outros sentidos para o que pensar/fazer nos espaços rurais, e neles compreender os sujeitos de *corpo, alma e coração*, que dão sentido a uma territorialidade complexa, ainda que alijados de direitos, debruço-me nesta escrita. Compreendendo na companhia de Milton Santos (2001, p. 97), que, quando se fala em territorialidade, deve se considerar o *território praticado* por uma determinada população. Busco com esta escrita a compreensão do valor social da escola rural para as crianças/famílias das classes populares que ainda se encontram e sobrevivem nos espaços rurais na busca de construir um presente/futuro diferente de tantas outras histórias. Falo do 'ainda', por ver aumentar a violência dominadora sobre as classes populares, impulsionando a saída de homens e mulheres com mágoa e desânimo deste espaço. Gradativamente, estamos assistindo ao imperar de ideologias dominantes, que trazem em seu discurso uma lógica autoritária de compreensão da escola da zona rural. Essas ideologias sustentadas numa economia unilateral vêm restringindo ferozmente os espaços de encontros dos rurícolas com o fechamento das pequenas escolas rurais.

Precisamos, todos nós, que temos como bandeira de luta a escola pública, cada vez mais problematizar essa concepção do atraso que se construiu ideologicamente no imaginário social brasileiro a partir da década de 20 do século passado, sobre o mundo rural e nossa gente. Acompanhando os estudos de Sonia Regina de Mendonça (1997), tomo consciência de um movimento denominado por uma certa elite latifundiária, de *Ruralismo (1888-1931)*. Este grupo representante de uma classe dominante agrária, emergente no cenário rural daquela época, impulsionava a idéia de modernização dos espaços rurais, tendo na deusa ciência e em sua filha legítima, a tecnologia, o elo de ruptura de um Brasil dito arcaico para um país que se buscava moderno.

A modernização dos espaços rurais representava para essa elite, pertencente a uma tradicional aristocracia e herdeiros de grandes latifúndios, a maioria improdutivos, a salvação para enfrentar a competitividade com o mercado internacional. Impulsionados pela técnica, pelo sonho de progresso e pelo excedente agrícola, não se preocuparam com as questões ecológicas e com as relações de pertencimento que os rurícolas estabeleciam e ainda estabelecem com a natureza. Este grupo, empobrecido e enfraquecido politicamente, passa a ver e a ter nos trabalhadores rurais e em seu modelo de

educação/produção razões para justificar a crise instalada na esfera nacional. Uma das saídas para o enfrentamento daquela crise, que se alonga aos dias atuais, foi a especialização do trabalhador rural, através do conhecimento técnico do extensionista rural. A presença desse novo sujeito/técnico no cenário rural brasileiro, especialista nas questões da terra, do manejo de animais, da higienização, alterava a rotina nunca sempre igual da roça e de sua escola, através de uma linguagem/postura científica/artificial que muitas vezes se fez e ainda se faz incompreendida pelos trabalhadores rurais. Esta linguagem negava os saberes de *experiência-feito* do homem do campo, sua relação com a terra, com a natureza, com a vida e nesta dimensão formadora, com a escola. O que sabiam na arte cotidiana do fazer, já não tinha validade para o “deus” mercado.

Nas andanças da vida, transitando em diferentes espaços rurais, nos quais me reconheço, pude ouvir de um trabalhador rural um outro discurso, dito de um outro lugar, (re)criando uma outra lógica para se pensar na terra e nos saberes produzidos no miudinho de cada um e de um coletivo histórico, que ainda sem saber teorizam a vida produzindo novas razões para na roça querer ficar.

Sou de um tempo, em que na roça a gente era mais importante do que a máquina, que o vendedor de adubo e o agrônomo. A gente trabalhava e fazia a terra produzir de um outro jeito, do jeito da gente, do jeito que os nossos pais produziam. Naquele tempo a lavoura branca fazia parte da vida do lavrador. Depois que aqueles vendedores de adubo começaram visitar as fazendas, o patrão proibiu que a gente plantasse nossas roças. Diziam que plantar misturado atrapalhava a plantação de café. Assim, a gente foi desistindo de fazer as nossas rocinhas e de criar nossos bichos. Aquelas rocinhas garantiam a mesa farta da família e a gente tinha coisa pra trocar e vender para além da colheita do café. Depois o patrão começou a falar que parecia que a gente morava em cima da pedra. Como é que a gente vai entender o pensamento do patrão? Uma hora não se pode plantar, em outras horas quando a barriga dói e a gente perturba o patrão, ele se volta contra a gente. Viver e trabalhar nas terras dos outros é muito triste, a gente nunca sabe o que pode e o que não pode fazer. Hoje o Sindicato dos trabalhadores rurais fala uma outra coisa pra gente e promove cursos com os moços que fizeram escola técnica da terra. Vá entender essa gente! Eu acho que eles descobriram que a terra pra ser boa precisa produzir todo tipo de alimento e não mais só o café.

Não consigo, nem sei se é possível sonhar com o mundo da roça, com um outro mundo da roça, com a escola da roça e com uma outra escola da roça, sem fazer uso de Freire (2001), realçando e compartilhando de sua indignação política, contrária ao discurso autoritário do *cansaço existencial*. Este *cansaço existencial* tatuado a ferro e fogo nos sonhos das classes populares, como imperativo de um discurso esvaziado de amorosidade, alonga-se ao que Freire chama *de anestesia histórica, onde os filhos da terra, agricultores e diferentes trabalhadores rurais perdem a idéia do amanhã como possibilidade*.

Quando dispostos estamos a ouvir e a aprender com os filhos da terra, vamos compreendendo que existe uma outra história a ser escrita. Não mais uma história escrita ao sabor de “certos interesses”, mas uma história tendo como referência às experiências de homens e mulheres com a terra, que ao contar sobre suas vidas, a dimensão do fazer ganha novas proporções, realçando forças integrativas do homem com a terra.

Assusta-me a ignorância de muitos, inclusive a minha ao refletir sobre o pensamento das classes populares e suas relações com o mundo do trabalho. Quantas vezes na roça, em visita a casa de alunos, de amigos e parentes reproduzi palavras que transformam a terra em pedra e o trabalhador rural em preguiçoso e sem esperança. Quantas vezes por não saber, reproduzi o discurso da terra/pedra em sala de aula, perpetuando a história que me convinha. Hoje lanço perguntas: Será que ao reproduzir o dis-

curso oficial, tinha medo de conhecer uma outra verdade? Será que as respostas se faziam entre silêncios e murmúrios e eu não podia ouvir, porque não as entendia? A este respeito, rememoro (1988) o meu primeiro encontro com educadores das escolas de assentamentos do MST e de diferentes outros movimentos ligados a terra. Neste encontro, falei ao professor Miguel Arroyo: *“Não consigo compreender o que os educadores do MST estão dizendo”*. Generosamente Arroyo me respondeu: *“Se não consegue entender, pergunta de novo”*. As palavras de Miguel Arroyo chicotearam meus ouvidos e meu coração. Estas palavras não foram suficientes para produzir imediatamente algo novo, mas colaboraram para realçar a dimensão da minha incompreensão sobre o mundo da roça. De lá para cá, não me canso de perguntar aos companheiros da roça sobre os diferentes sentidos que a vida pode ter e de querer ouvir de novo.

Chamo para essa conversa a professora Luciene, que trabalha em uma escola rural, filha de agricultores ex-aluna num curso de formação de professores, que em um de nossos encontros disse-me:

Lá em casa sempre tivemos horta. Horta grande e variada. As pessoas que nos visitavam se fartavam. Enchiam caixas de legumes e verduras. Meu pai sempre teve prazer de repartir essas coisas. Parecia que a gente fazia horta para dar para as pessoas da rua. Ficavam empolgados com os legumes e verduras que plantávamos e presenteávamos. Diziam assim: Que maravilha, tudo fresquinho e sem agrotóxico. Como todos gostavam de nossa horta e dos produtos daquela horta, achávamos que poderíamos ganhar um dinheirinho extra com nossos produtos, que pareciam tão bem quisto pelas pessoas da rua. Há um tempo atrás, o Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais organizou a feira popular pra gente lá na cidade. Todas as sextas-feiras dirigíamos para a cidade, para vender nossos produtos. Vendíamos quase tudo que levávamos, o que sobrava trocávamos com aquilo que não se produzia. De repente, os donos dos mercadinhos começaram a invadir nosso espaço. Achavam que a gente estava tirando a freguesia deles. Algumas pessoas começaram a fazer opção pelos produtos destes comerciantes, porque eram mais bonitos. Isso até hoje acontece e muitos agricultores foram desistindo de levar seus produtos para a cidade. Estes comerciantes compram de atravessadores que viajam para as capitais e trazem de lá grande quantidade e vendem mais barato do que a gente. Fico imaginando que eles devem achar essas coisas quase que de graça lá no CEASA. Vê se alguém pode vender chuchu a R\$ 0,01. Em cima do preço do chuchu eles fazem a festa e nós ficamos no prejuízo. Nossos produtos são muito bons, somente quando sai de graça para quem nos visita. Se for para pagar, dão preferência para os produtos que vêm de fora. A nossa sorte é que muitas pessoas preferem produtos de boa procedência. Usando desta propaganda é que continuamos a enfrentar os preços dos produtos que vêm de fora, das grandes lavouras. Você não sabe da angústia do produtor rural, quando vai vender um saco de feijão no mercado e não pode pôr seu preço. O dono do mercado fala assim: Só pago tanto, é pegar ou largar. A gente, não tendo escolha, acaba pegando, pois tem precisão do dinheiro. Acho que as pessoas não plantam mais na roça por causa desta exploração. Se a gente tivesse mais incentivo em nossa região, poderíamos abastecer toda nossa cidade de legumes e verduras. Na escola eu sempre falo com as crianças do valor da terra e do valor de seu trabalho. Falo também da importância de se unirem para não serem tão explorados como já fomos e ainda somos. Se todas as escolas fizessem isso, seria possível ajudar a reverter a crise da roça.

Problematizando os espaços rurais, intencionando ser possível potencializar as falas de sujeitos reais que transformam a terra e dela fazem fronteiras abertas à insistência/resistência, recheadas de memórias, sonhos e suor é que solto minha voz a favor da escola rural, sabendo que neste trabalho não estou sozinho. Falo da escola rural do lugar de pertencimento, do reconhecimento e da crença em seu poder, somando força a milhares de trabalhadores rurais, como Luciene, que acredita e luta pela roça, por seu

povo e pela escola pública. Nas brechas sempre abertas das histórias do povo brasileiro, escritas aos rascunhos, amordaçadas por silenciamentos e descaso, a escola rural se apresenta como mais um instrumento para a luta e a terra como elemento (re)alimentador de esperanças no homem, em nosso país e no futuro. Futuro que pode e deve ser diferente da história oficial, anestesiada e engessada pelas mãos de ferro do poder, que buscava/busca negar as diferenças. Esses discursos historicamente ideológicos, ditos/impostos dos patamares mais altos da sociedade, desumanizam e fazem com que muitos acreditem que a história seja um dado, dado. Com Freire aprendo que “humanos somos todos, humanizar precisamos aprender”. Nesse processo humanizatório a escola rural se apresenta caminho, carregando uma energia latente para a concretização de velhos sonhos.

Para muitos que tiveram sua humanidade reduzida ao desaparecimento de escolas nos espaços rurais, pode se apresentar como etapa natural de uma ordem perversa, que se busca natural. Tal naturalidade é confirmada e credibilizada tendo nos modelos urbanos e nas escolas seriadas a materialidade da confiabilidade, como se a escola urbana só produzisse excelência. O humanizar só adquire sentido e cada vez mais acredito nisso, através da palavra autêntica. Paulo Freire nos ensina que

a existência, porque humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novos pronunciar (FREIRE: 1977, p. 92).

A escola rural em muitos lugares do interior deste país, constitui o único espaço latente para o diálogo entre homens e mulheres rurais, que ao se encontrarem como pronunciantes de um mundo injusto, como bem fizeram estes dois trabalhadores rurais que busquei para essa conversa, podem coletivamente compreender as razões que lhes negam o direito do “ser mais”. Coletivamente, ainda que com realidades diferentes, agricultores e agricultoras vão exigindo transformações a favor de um novo projeto de vida e de uma educação viável para os espaços rurais. Exemplos de possibilidades não nos faltam, haja vista as escolas do Movimento dos Sem Terra e as Escolas Família Agrícola. Os espaços conquistados para o pronunciamento da palavra autêntica, carregam em seu interior uma polifonia de vozes, ditas de vários tempos e lugares, ricas em conflitos, que em algum momento fica nos parecendo dissonante. Esta dissonância pode nos sinalizar uma outra compreensão da vida rural. Ao nos permitirmos compreender essas vozes, misturada aos murmúrios históricos, podemos ampliar o papel político das escolas rurais, principalmente das multisseriadas, alvo de críticas, de denúncias e de descaso. Nesses encontros, alguns ao sabor do acaso, medo e coragem se misturam, produzindo um antídoto *biófilo*, do tipo novo, que desprende peles secas da opressão, que se fez e se faz debaixo de muito sol e chuva, que anestesiavam/anestesiavam sonhos coletivos. Tirando o peso das peles ressequidas pelo tempo, vê-se nascer um homem também do tipo novo, onde a esperança ressurgue como *condimento* necessário para o enfrentamento de tantas lutas. Maturana (1998, p. 12) nos ensina que “... não se pode refletir sobre a educação sem antes, ou simultaneamente, refletir sobre essa coisa tão fundamental no viver cotidiano que é o projeto de país no qual estão inseridas nossas reflexões sobre a educação. Temos um projeto de país?”

Consoante com seu pensamento, reafirmo minha opção política e minha crença em meu país. Porém não num país qualquer, que se permite fazer parte do jogo de forças internacionais, onde na ordem da inclusão, exclui por dentro os diferentes. Quero um país que reafirme sua soberania, não se conformando com as estatísticas perversas que não revelam a dimensão complexa do conhecimento cotidiano do povo brasileiro. Por complexidade compreendo, com ajuda de Morin (2002, p. 38), ser “a união entre a unidade e multiplicidade”. As estatísticas só mostram aquilo que conseguem capturar:

o visível, ou aquilo que interessa a quem as encomendou. As estatísticas não conseguem contar nossa história de opressão e de exploração. Essas se fazem fugidias, são migratórias, escondem-se àqueles que não possuem olhos de ver. O cotidiano se mostra, nunca em sua totalidade, a partir da instauração do diálogo com a multiplicidade e com o dissonante. Quero um país onde a cada um de nós, em sua singularidade seja permitido projetar devolver as novas gerações de forma diferente daquilo que dele recebemos. Quero um país onde a diferença produza respeito, onde a inclusão das minorias excluídas realmente aconteça, onde a perversidade do amanhã se reverta em causa.

Escola da roça: em busca de outras lentes e sentimentos

Para ampliar ou trazer outras cenas para o debate e fazer no campo do possível *amanhecer/florescer um outro Brasil*, é que busco na letra da música de uma criança, jovem/ homem trabalhador e aluno de uma escola rural, elementos que podem nos sinalizar que para ver/sentir a roça faz-se necessário usar de outras lentes, capazes de desempoeirar nossos olhares. O olhar empoeirado pelas ideologias dominantes aprisiona sentimentos. Desempoeirar maneiras de olhar é ver na potencialidade humana nascer sentimentos desconhecidos, ou esquecidos. Mexer em alguns lugares da prática social, principalmente no lugar das minorias excluídas, é bagunçar a ordem das coisas. Tirar as coisas de seus lugares, fazer perguntas àquilo que vai aparecendo é reacender em cada um de nós nossas origens e mazelas. O desempoeiramento de nossas razões é sempre convite para entender as razões de muitos outros. Entender, ainda que parcialmente os movimentos complexos que se dão na relação família, trabalho e produção de conhecimento, é um bom começo para compreender as razões de muitos agricultores com os seus dissabores com a vida e com a função utilitária da escola. Esse convite é reforçado por uma poesia de uma criança rural, construída nas relações do ensinar/aprender numa escola multisseriada¹, que ao poetizar sua vida, muito nos ensina. Freire (1977, p. 93) nos fala que “se é dizendo a palavra com que pronunciando o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”. Isto parece que Wilhas já sabe e o faz muito bem.

Vida de Lavrador

*Wilhas de Oliveira Silva*²

Amanhece Brasil, na roça ninguém vadia
Trabalho sem mordomia é uma luta sem fim
Chega o meio o dia, o sol coroa a terra
O calor castiga a pele, lavrador afaga o chão
E com cuidado ele lança a semente
Pra na mesa não farta o pão.
Mas chega a tarde
O sol se esconde atrás do morro
leva lenha acende o fogo na panela de Maria
Reza um Pai Nosso
Olha a lua que alumia
E quando ganha aquele beijo
Acabou se mais um dia.

¹ Escola Municipal “Abílio Coimbra” Localizada na Serra da Batata – Município de Carangola-MG.

² Wilhas de Oliveira Silva, ex-aluno de uma escola rural, multisseriada do município de Carangola-MG.

Adquiro com esta criança um aprendizado do tipo novo para os diferentes sentidos que infância pode ter. A infância nos espaços rurais é marcada por um outro tempo, diferente dos espaços urbanos privilegiados, que é pontuado por um sentido cronológico. Na zona rural o sentido de infância vai se misturando e se perdendo na dimensão do trabalho. Desde a tenra idade as crianças dos espaços rurais vão agregando em suas brincadeiras as regras e o aprendizado das práticas sociais, que são vistas por seu grupo de convivência, como valorativas. A criança inicia sua relação com o trabalho de forma lúdica. Enquanto brinca está desenvolvendo suas relações com o mundo do trabalho e com a vida dos adultos. No ato de brincar é permitido errar. Cito como exemplo e poderia citar tantos outros, a ação “inocente” do jogar milho e outros alimentos para as galinhas. De início essa ação/extensão do mundo do trabalho do adulto parece, aos nossos olhos, despojadas de sentido, porém gradativamente se soma aos valores do cotidiano rural. A criança em seu ainda não saber, pode distribuir de forma desigual estes alimentos. À medida que a criança vai se apropriando da dimensão distributivo-econômica desses alimentos e assumindo essa ação como sua, é lançada ao mundo dos adultos, exercendo e ocupando um outro lugar utilitário dentro das práticas sociais de sua comunidade. O mundo do trabalho é visto como afirmativa nas comunidades rurais. Sendo assim, acredito que a escola não pode ficar neutra diante da dimensão utilitária que as comunidades rurais lhe outorga. Será que as escolas rurais de nosso país têm consciência da função utilitária que as comunidades rurais esperam delas? É possível pensar/praticar o mundo do trabalho, como forma integrativa entre práticas sociais e o universo da escola, sem descaracterizar a realidade existencial de nossas crianças?

Compreendo com a poesia da página anterior que nossas crianças, quando permitidas, cobram da prática educativa essa função no que diz respeito ao saber utilitário. De acordo com José de Souza Martins (1997, p. 64), “isso se deve ao fato de que escola e trabalho são admitidos, porque existe uma integração da escola nos valores rurais como forma de trabalho”. Se o trabalho é visto com valorativo e se a escola vem buscando agregar este valor como prática, não se justificaria nesta linha de raciocínio o grande número de evasão escolar dos espaços rurais na época das safras. Se a família vê e tem na escola mais uma dimensão do mundo do trabalho, o que justificaria então o grande índice de evasão das crianças e jovens das escolas rurais? Será que é a escola que não está conseguindo agregar valores do mundo do trabalho à sua prática educativa? Em que momento a escola deixa de ser vista como trabalho? Ou, é este mundo cada vez mais perverso que expulsa o homem do campo, aumentando a evasão escolar? Sempre ficarão perguntas a fazer. As perguntas funcionam como continuidades das descontinuidades de nossos pensamentos, ficando sempre o convite para revistá-las.

Com a poesia do jovem Wilhas minha alienação chega à raiz. Desafiado por uma denúncia, mudança de ordem, feita por uma criança das classes populares de que, “na roça ninguém vadia”, realimento minhas forças políticas e minhas esperanças a favor das pequenas comunidades rurais espalhadas pelo interior dessa pátria Brasil. Essa poesia transformada em música por um artista mineiro³, redesenha outros sentidos para o debate, que a meus olhos vem se mostrando promissor sobre a escola rural. Wilhas em sua poesia que mais me parece um grito de guerra, um desabafo que se mistura aos cadernos da escola primária – terra e sonhos, potencialidades e possibilidades, me faz querer aprofundar questões sobre a escola rural e o mundo rural. Enquanto houver resistência, micro resistências, sonhos e esperança haverá contra-poder e, Wilhas, semeador de sementes, sem teorizar e “não tendo ainda dimensão dos fatores que corroboram para o enfraquecimento do homem do campo”, em sua leitura, leitura de seu mundo, denuncia e anuncia. Esta criança, jovem homem trabalhador, incorpora em sua fala a dinamicidade da leitura de uma realidade perversa e traduz em escrita seu pensamento, sua dor e porque não, seu prazer. Se uma criança consegue sinalizar que na roça ninguém vadia, se os valores de nossa sociedade passam pelo mundo do trabalho, onde então podemos encontrar elementos substanciais para justificar o grande esvaziamento das pequenas propriedades, que difere de muitos outros espaços rurais?

³ João Francisco é responsável pela produção do CD *Canta Carangola – 500 anos de história*.

Parece que nos dias de hoje, onde o amanhã representa uma ameaça constante, o homem da roça, sendo ora tratado como trabalhador rural, diarista ou bóia-fria, perde suas razões para sonhar com um amanhã diferente, uma vez que diferentes forças (econômicas, políticas e culturais) vêm contribuindo significativamente para que os processos de exclusão e o “imobilismo social” assumam uma ordem natural, que não se deseja ser questionada. Porém, nos espaços abertos à criatividade, *onde um é sempre mais que dois*, a reinvenção da vida rural continua. Este texto não intenciona de maneira alguma trazer respostas fechadas às questões anunciadas e sim, abrir espaços para novas perguntas. Este espaço aberto a perguntas dimensiona novas possibilidades de reflexões a favor da escola da roça, onde a luta de todo dia de homens e mulheres comuns possa horizontalizar um outro fazer para os filhos deste país que da terra retiram seu alimento, da escola fortalecem suas crenças e ampliam suas razões para, na terra, querer continuar. Busco pensar/ querer/ fazer e viver uma escola rural que realmente fale a língua das classes populares, que sinta e vá compreendendo os anseios dos agricultores, à medida que também compreende a sua função educativa; por isso função política. Fortalecendo e contribuindo para as conquistas de direitos sociais, que seja utilitária e compromissada em compreender o aqui de seus alunos e da comunidade na qual está inserida. Mas que o aqui não seja nunca a proibição de um lá diferente.

Como opção metodológica, busco fazer andanças, abrindo interlocuções com os sujeitos que vivem esta cotidianidade, acreditando que o mundo da roça possa ser dito de um outro lugar, de vários outros lugares que acredito ser diferente ao produzido pelo discurso oficial. Ao me permitir andarilho, do tipo bóia-fria trago para o texto outros sujeitos que também vem pensando o seu lugar no mundo rural. Numa conversa com um pequeno produtor rural de Carangola-MG, ouço um depoimento que merece espaço neste texto.

Estou muito desanimado com a roça, dá vontade de deixar o mato crescer e procurar uma outra coisa pra fazer. Hoje levei o maior susto. Estava eu e mais cinco homens trabalhando no curral de minha propriedade. Trocávamos as madeiras podres. Dois deles são meus amigos, estavam lá me fazendo um agrado, coisas de companheiros. Um é meu funcionário e tem sua vida legalizada, conforme manda a lei. Dois deles estavam lá trabalhando a dia. De repente, no meio do nada, pára um carro do Ministério do Trabalho e sem me ouvir foram logo me multando. Alegaram que os homens estavam trabalhando de forma ilegal em minha propriedade. Tentei explicar que não era bem do jeito que eles estavam vendo, mas não fui ouvido. Fui multado por todos os homens que lá estavam. A multa chega a quase R\$ 2.000.00. Não sei como vou fazer para pagar esta multa... Os fiscais exigiram algumas coisas que fogem a nossa realidade, veja só: cada funcionário precisa ter uma garrafa térmica de três litros, botinas de cano longo e luvas. Olha que engraçado, garrafa térmica num lugar que todo mundo cresceu bebendo água da mina! Será que estes fiscais pensam que as leis das grandes fazendas servem para as pequenas propriedades? Deste jeito, daqui a pouco ninguém fica na roça. Não nos deixam trabalhar.

Quanto mais me ponho a refletir sobre esse território rural e sua gente, mais me conscientizo não ser possível imaginar sujeito e espaço rural com conceitos universais. Neste espaço complexo entram em jogo múltiplos sujeitos, com múltiplas histórias. Cada um destes sujeitos fala do chão que pisa, fala a partir de sua inserção neste espaço. Este pequeno proprietário rural traz marcações para se pensar a roça de um outro lugar, ainda pouco compreendida por quem se propõe a atuar tecnicamente nos espaços rurais. Na fala deste pequeno proprietário, carregada de decepções, aparecem também denúncias. Este agricultor faz pontuações de um princípio comunitário, carregado de uma sentimentalidade a favor do homem e de seu espaço. Paulo Freire (1997, p. 45) nos ensina que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão, no e com o mundo”. Nas pequenas comunidades rurais, as prá-

ticas sociais, as relações com o saber e com o trabalho vão se transformando, sendo sustentadas por dimensões éticas e estéticas, por isso relações políticas, onde o compartilhamento, a cooperação e a comunhão organizam a vida cotidiana e as razões de pertencimento.

Trabalhando com o sentido de provisão, as classes populares vão se organizando, tendo como referência o passado para o provimento do hoje. Essa categoria precisa ser compreendida pelos profissionais que de fora não conseguem compreender o que tentou explicar esse pequeno proprietário rural aos fiscais do Ministério do Trabalho. Será que esse princípio do tradicionalismo (provisão) é conhecido por aqueles que fazem nossas leis? É possível, em nome do direito, em seu caráter universal, jogar todos, pequenos e grandes produtores rurais no mesmo lugar da legalidade e da ilegalidade? O que é ilegal/ legal enquanto prática social, para um determinado grupo? Todas as ações legais legitimam e incluem a todos? O que representa uma multa de R\$ 2.000,00 para um pequeno produtor rural? A fala deste homem traz uma descrença com o seu trabalho, com o mundo da roça e de sua presença no cenário produtivo.

Historicamente o pequeno agricultor vem sendo projetado como um elemento manipulável que dá sustentabilidade a uma política econômica, sofrendo manobras que na ordem do dia trabalha com uma perspectiva que contraria o discurso freiriano do ser mais. É possível pensar o pequeno produtor rural do mesmo lugar que se pensa os grandes fazendeiros dos 'famosos' agronegócios? É possível pensar o pequeno agricultor rural que retira trinta a quarenta litros de leite por dia, vendendo-o a R\$ 0,50 o litro, do mesmo lugar de quem produz, compra e atravessa até cinco mil litros por dia? Na tentativa da neutralidade científica, na busca da legalidade universal (direito) e no sentido único que se busca tatuar nos filhos da terra a vida explode por todos os cantos, não sendo possível transformar *campos selvagens* em *monótonas monoculturas*. É na falta e na carência que as comunidades rurais (re)inventam novas razões para na terra querer ficar. O discurso único que achata as diferenças, que provoca silenciamentos e a exclusão de homens e mulheres rurais, na tentativa de impor em natural uma ordem econômica perversa, nega o sentido histórico do povo brasileiro. Qual é o lugar da escola, nesse projeto de país, onde o amanhã se apresenta como o ontem repetido? O que podemos esperar da escola rural, neste projeto que se desenha em nosso país? A escola dos espaços rurais, ao longo do século XX, viveu e sobreviveu com o fantasma do modelo da escola urbana. Será que essa ordem nem sempre legítima continuará a se impor como a única? A quem este modelo de escola atende e contra quem ela está?

Tateando o cotidiano rural, para ver nascer a esperança

Buscando a conclusão para este texto, de um tema instigante e que não se esgota, vou tateando o cotidiano rural, movido por minha curiosidade, na fé nos homens e em Deus, na certeza de ver nascer um futuro mais justo para homens e mulheres que se encontram nos espaços rurais. Tentando compreender de que forma as práticas sociais se organizam e que discursos são produzidos, contribuindo para o nascimento de novas práticas sociais, ou confirmando tantas outras, vou convidando, sendo também convidado ao sabor das conversas (des)interessadas a ouvir histórias, nunca iguais das pessoas comuns que praticam uma territorialidade complexa que é a roça. Durante este texto fui chamando para a conversa pessoas simples, que, ao narrar suas vidas, foram projetando, ao mesmo tempo em que se projetavam no mundo um outro entendimento de seu próprio mundo. Querendo, conversando, refletindo e em sua extensão que não se pode capitalizar, as classes populares ampliam a compreensão das armadilhas da vida. Nas armadilhas da vida, as classes populares vão tomando consciência que sempre haverá muitos passos a dar na conquista da terra, da dignidade e na certeza como força motriz de *que o longe se fica perto, quando se caminha adiante*. A Conquista das classes populares é sempre uma conquista do presente, por isso provisória. Trouxe para essa conversa pessoas diferentes, com múltiplos saberes com cheiro de terra e que ao

pisarem na terra, não na mesma terra, pisam e pensam de lugares diferentes. A terra que pisamos é do tamanho de nosso pensamento, por isso cada um de nós pisa e pensa até onde alcançam nossas compreensões.

O primeiro convidado a fazer parte deste texto foi um trabalhador rural que, com saudade e amor a terra, denuncia a mudança de paradigma no modelo de produção rural. Sua briga está no não convite para se sentar à mesa farta dos patrões, com o advento da monocultura. Sua fala rememora a complementaridade existente entre a roça branca, e as plantações de café. As roças e as diferentes criações representavam/representam um sinal de fartura. Será que é isso que alguns vêm chamando economia sustentável? A monocultura implantada a partir do saber da técnica, produziu um discurso dissonante na voz do patrão. Proibindo as diferentes culturas que faziam parte dos espaços rurais tradicionais, chancelam no trabalhador rural a idéia repugnante da preguiça e o mito cruel de que muitos parecem morar em cima de pedra. A fala desse trabalhador nos faz refletir sobre o fato de que somos aquilo que palavra nos convidou a ser. Somos resultados de história e de linguagem.

O segundo discurso, produzido por uma professora dos espaços rurais, vai nos mostrando a importância dos movimentos sociais, como força organizativa, capazes de construir uma nova ordem, por dentro, a partir das bases a favor de nossa gente. Em sua fala a indignação se faz presente contra aqueles que talvez não conscientes, outros conscientes, exploram o trabalho do produtor rural valorando somente aquilo que lhe é ofertado gratuitamente pelos produtores rurais. As aparências, característica das sociedades modernas ditam as regras do mercado. Não consumimos valores nutritivos, consumimos aparências. Em nome das aparências que as coisas possam ter, compram-se alimentos e pagam-se outros valores. Na contramão do discurso oficial, uma nova ordem vem surgindo sobre o valor nutritivo e qualitativo da produção do alimento organicamente produzido. É nesta perspectiva que as forças dessa professora e agricultora são renovadas, ansiando produzir saberes com sabores.

O terceiro discurso, posto na poesia de uma criança, que estou considerando como jovem/ homem trabalhador, pois estou aprendendo que na roça a infância pode ter um outro significado, faz-me refletir sobre o sentido do trabalho e sobre a dimensão utilitária que os saberes escolares possam ter para aqueles que da terra retiram seus alimentos. Sua fala sensível, carregada de estética aponta-nos para a reflexão da falta de políticas públicas que realmente afirmem a importância do mundo rural. Nesta política vigente, que não redesenha possibilidades, a escola rural não pode se manter neutra.

O quarto convidado, falando da roça de um outro lugar, do lugar de pequeno proprietário, também mostra sua insatisfação com o pensamento que universaliza as diferentes relações com o mundo do trabalho. Esse trabalhador traz para o debate uma prática extremamente valorativa dentro das classes populares que é o compartilhamento, a troca e a doação de serviços. Cada um destes sujeitos, ao falar da roça, fala de seu lugar e os sons produzidos ainda que diferentes, orquestram e produzem uma sonoridade polissêmica, mostrando-nos que é possível valorizar e reconhecer a diferença na diversidade.

Esses diferentes sons, que ecoam gritos de guerras, silêncios, insistências e resistências me fazem ainda querer trabalhar, por achar pertinente a este texto, um outro fator, que, a meus olhos, muito vem corroborando para o esvaziamento dos espaços rurais, sabendo que este não é motivo maior. Este fator denominado “nucleação” não é um fato novo na história do povo brasileiro, muito menos na história da educação, mas sempre nos convida a ser re-visitado, para melhor compreender sua repercussão, sua dimensão nos cenários alterados onde acontece.

Pretendo, a partir de agora, discorrer um pouco sobre o sentido limitado que a nucleação das escolas rurais vem imprimindo naqueles e naquelas que muito necessitam da escola, como instrumento para a luta e para a efetivação de suas cidadanias. Estou consciente de que, ao pensar em nucleação, não posso refletir de modo ingênuo, sabendo que não existe uma única maneira de pensar/praticar os modelos de escolarização. A nucleação não é boa e má em si mesma. Ela poderá ser positiva à medida que trava uma discussão com os sujeitos envolvidos, respeita as peculiaridades locais, am-

pliando a dimensão do encontro e do diálogo, não fomentando novas formas de marginalizações que poderão se dar na retirada da criança de seu universo cultural, social e familiar. Sabemos que

outras lógicas de nucleação coexistem com esse modelo. Nos diferentes espaços sociais e culturais, alternativas vão sendo consolidadas. Apesar das condições dadas, as pessoas subvertem criativamente, mostrando que outras formas de organização escolar são possíveis. A partir de outras lógicas, a nucleação pode acontecer com sucesso, sem necessariamente, retirando as pessoas do campo (RODRIGUES: 2004, p. 36).

Não objetivando ditar receitas, pois estão fadadas ao fracasso, sinalizo algumas questões que poderão contribuir para o pensar sobre os processos de nucleação. A nucleação pode ser positiva quando amplia a dimensão colegiada da escola, quando fortalece as práticas pedagógicas, quando dinamiza uma outra forma de distribuição de recursos, de bens materiais e que não exclua as características dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. A nucleação pode ser boa, quando fortalece uma comunidade rural a se organizar, para melhor reconhecer sua diversidade, seus conflitos, contradições, que trabalhe por agregar outros sujeitos no processo ensino aprendizagem, buscando incansavelmente a produção de saber utilitário. A nucleação pode ser positiva quando não impede o acesso e a permanência da criança rural na escola. A nucleação pode agregar valores positivos quando não retira a criança do espaço rural, que concentre as crianças numa escola pólo, respeitando os fatores de zoneamento, os interesses da comunidade, que reveja as precárias condições das estradas rurais e que dinamize transporte escolar dignos. Denuncio a perversidade da nucleação juntamente com Edgar Jorge Kolling quando diz:

Devido à situação geral da educação brasileira hoje em particular da tendência de marginalização das escolas do meio rural, é também um problema grave o tipo de escola oferecida à população do campo. De modo geral, é uma escola relegada ao abandono, e em muito recebe a infeliz denominação de escolas isoladas. Como predomina a concepção unilateral da relação cidade-campo, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num trajeto de horas de viagem, por estradas precárias, com finalidade de reduzir custo e coloca-las em classes separadas das crianças da cidade, reforçando dessa forma, a dicotomia ainda presente no imaginário da sociedade. Ou então são colocados na mesma sala, onde são chamadas de atrasadas pelos colegas, ou mesmo por alguns de seus professores e para serem modernas, passam a assumir alguns valores duvidosos (KOLLING: 1998, p. 42).

No ano 2.000 conheci algumas crianças de uma comunidade rural, que estavam fora da escola. Por residirem entre limites de municípios, essas crianças eram atendidas na escola do município vizinho que possuía uma escola bem próxima de suas casas. Essas crianças, as que freqüentavam a escola, dirigiam-se a ela de diferentes maneiras. Em sua maioria a cavalos, charretes e a pé. Essa escola fechou. Os alunos do município vizinho começaram a ser transportados para uma outra escola. Os do meu município ficaram alguns meses sem estudar. Não conhecendo essa realidade e prestando serviços à Secretaria Municipal de Educação, fui acionado por uma moradora dessa comunidade para resolver tal problema. Após fazermos a leitura dessa realidade e saber que oito crianças em idade escolar estavam fora da escola, resolvemos, depois de algumas conversas com seus pais, transportá-las para uma outra escola rural de nosso município. Distanciando-me deste trabalho, assustei-me em saber que, por falta de alunos, a escola que estas crianças estavam estudando também precisava fechar. Só não sabia que essas crianças iriam estudar em uma escola urbana em que trabalho. Historicamente a escola

urbana em que trabalho nunca teve relações com alunos de zona rural; seus alunos são todas crianças moradoras dos arredores da escola.

Como opção metodológica venho privilegiando para as minhas reflexões sobre o cotidiano e a escola, as conversas informais, que se dão ao sabor do acaso e em diferentes situações. Sei que esta não é a única forma para se poder pensar o cotidiano escolar e seus sujeitos, mas é na que mais me reconheço. Nas conversas cotidianas não controlamos o elemento surpresa, a mudança de ordem e a curiosidade que dela pode emergir. Carlos Eduardo Ferrazo, nos ensina que

uma das coisas que temos aprendido e tentado garantir em nossos estudos com os cotidianos escolares é assumir os sujeitos cotidianos não só como sujeitos da pesquisa, mas também como nossos autores e autoras... Ou seja, os textos, os discursos elaborados e compartilhados por esses sujeitos cotidianos da pesquisa precisam ser pensados não como citações e/ou exemplos dados dos discursos, mas como discursos tão necessários, legítimos e importantes... (FERRAZO: 2003, p. 168).

Se minha opção vem sendo as conversas cotidianas, por com elas considerar o elo necessário entre a prática/teoria/prática, busco duas crianças que se encontram estudando na escola urbana em que trabalho. Por não ter tido autorização em citar seus nomes, trabalharei com os codinomes “João e Maria”. Esses nomes não aparecem gratuitamente no texto. João e Maria, personagens das histórias infantis desde muito, denunciam o descaso e a miséria em que vivem muitas famílias dos espaços rurais. Chamo a atenção, para o que pode estar por detrás das nunca ingênuas historinhas infantis e que no “dito” pode esconder milhares de “não ditos”.

Ao querer saber destas crianças o porquê de estarem estudando nesta escola, imaginei que falariam de suas angústias com as mudanças ocorridas em suas vidas. Para minha surpresa os discursos das crianças apontavam caminhos diferentes dos quais eu venho fazendo caminhada, mostrando-me e reafirmando a idéia de que ao falarmos/ escrevermos nunca fazemos dum lugar inaugural. Pude ouvir:

João: A escola lá da roça fechou. Disseram para gente que a escola da rua é muito melhor. Tenho saudade da escola, todo mundo me conhecia. Fiquei na escola da roça uns três anos e não aprendi a ler, nem escrever. Já estou estudando nessa escola desde fevereiro e ainda não aprendi. Acho que nunca vou aprender a ler e escrever. Acho que serei igual aos meus pais. Eles também não sabem ler e escrever.

Maria: Eu gosto mais da escola da rua porque a professora é boa e ensina mais. Eu não sinto falta da escola da roça. Lá a professora não ensinava. Eu só sinto falta da servente e dos meus colegas. Lá eu não sabia ler nem escrever. Aqui nesta escola, já aprendi.

Poderia fazer destas falas uma leitura que realçasse ainda mais a idolatria pelas escolas urbanas que se organizam de forma seriada, mas não é esta a questão. O que me interessa realmente é ir compreendendo as marcas dos discursos de um outro, de um outro distante e desconhecido por estas crianças que se distende num tempo presente, que se distancia e se aproxima num tempo da vida, que não necessariamente corresponde a um tempo cronológico. Nas falas de “João e Maria”, a ambigüidade é o elemento surpresa.

A fala de “João” incorpora a resistência. Não foram seus pais que disseram que a escola urbana era melhor. Essa fala foi dita de forma vertical, de cima para baixo. Alguém do lugar da escola rural, talvez seus próprios professores, que distante de uma opção política a favor da escola rural e ansiando por ver suas funções docentes sendo desenvolvidas nos espaços urbanos, tenham (re)afirmado a partir de seus interesses o discurso da qualidade das escolas urbanas em relação às escolas rurais. O sentimento

de ser reconhecido como sujeito de pertencimento na escola e no espaço rural traz saudades para “João”. Na escola rural, não era ele mais um aluno a aumentar o número e a ordem alfabética no diário da escola, era apenas “João”, *sujeito de corpo, alma e coração*, sujeito de história, ainda que de uma história que tenha lhe negado o direito de aprender a ler e a escrever.

O seu tempo na escola, tempo cronológico também está presente. Tempo que para roça, é tempo prejuízo. Tempo que não se capitaliza. Na roça apesar de acharmos que o tempo passa mais lento, é um tempo da espera, não sendo, como nunca foi, anestesia histórica. “João” reclama de seu não saber e vai mais longe, mostra para todos nós que não foi a escola da roça que não soube trabalhar com ele. Caso a culpa fosse da escola rural, ele já saberia ler e escrever em sua nova escola. “João” destrona em sua fala o poder e o domínio de algumas técnicas que julgam ter alguns profissionais da escola urbana. Como não é possível brigar com o lugar de poder da escola e com os saberes de seus professores, reverte para o lugar da predestinação a sina de ser analfabeto como seus pais, assumindo ainda que temporariamente para si e para os seus, uma atitude fatalista. Paulo Freire nos ensina que

quase sempre este fatalismo está referido ao poder do destino ou da sina ou do fado – potências irremovíveis – ou uma destorcida visão de Deus. Dentro do mundo mágico ou místico em que se encontra a consciência oprimida, sobretudo camponesa, quase emersa na natureza, encontra no sofrimento, produto de exploração em que está, a vontade de Deus, como se ele fosse o fazedor desta desordem organizada. (FREIRE: 1977, p. 52).

Nesta desordem organizada sobre o financiamento daqueles e daquelas que acreditam controlar o cotidiano, corpos e mentes dos sujeitos/assujeitados, a escola dá provas de sua ineficiência política ao introjetar em seus alunos a marca da sina. “João”, confirma seu analfabetismo, confirmando a história de negação de seus pais se repetindo no presente. Porém no cotidiano, nos espaços que subvertem e fazem subverter sua irmã “Maria”, talvez por ter aprendido a jogar o jogo da escola e a compreender as regras desse jogo, jogando sem bulir, vai se alfabetizando. Ao se alfabetizar culpabiliza a professora rural como desprovida de saberes para a alfabetização. Não conseguindo fazer sua função docente, a professora rural não é boa. A escola não tem como compromisso único alfabetizar. Boa escola e boa professora é aquela que alfabetiza, que ensina a alegria, que trabalha a amorosidade como prática fundadora em sua razão de existir. E os saberes anteriores a este momento não contam? Parece que não, o que conta é o resultado, o que conta é o produto desta ação. O que conta é a sua capacidade atual de leitura e escrita.

Na ambigüidade presente na fala de “Maria” existe uma nova ordem que desmistifica a sina existencial desta família de serem todos analfabetos. “Maria” se apropria do código escrito e, através dele, poderá contribuir para assunção de seu irmão e de sua família. Essa é mais uma possibilidade que o saber ocupa nas classes populares, quando efetivamente desterritorializa os opressores. Aprendemos com Freire que dentro de cada oprimido existe o opressor, desterritorializá-lo precisa ser palavra de ordem, busca permanente.

Há, por outro lado, em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo (FREIRE: 1977, p. 53).

Nesta fala de Freire encontro elementos que sinalizam o perigo que mora em retirar as crianças dos espaços rurais. Não sabemos até que ponto a escola urbana poderá

potencializar essas crianças a compreender a realidade que as oprime e por ela querer lutar. Depois de discorrer sobre os espaços rurais, sobre seus saberes, sobre a escola do espaço rural, amplio minha compreensão sobre a complexidade deste espaço e minhas razões por querer continuar na luta a favor das escolas rurais e das classes populares. Enquanto houver luta, há esperanças. Para concluir, ficando sempre aberto o texto volto a uma citação de Maturana (1998, p. 12):

... não se pode refletir sobre a educação sem antes, ou simultaneamente, refletir sobre essa coisa tão fundamental no viver cotidiano que é o projeto de país no qual estão inseridas nossas reflexões sobre a educação. Temos um projeto de país?

Referências bibliográficas

- FERRAÇO, Carlos Eduardo. *Eu caçador de mim*, in: GARCIA, Regina Leite (org.) *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- FOESTER, Heinz von. *Visão e conhecimento: disfunção de segunda ordem*, in: SCHNITMAN, Dora Fried (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 29 ed. São Paulo: Cortez, 1994,
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Política e educação*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____ & SHOR, Ira. *Medo e ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOLLING, Edgar Jorge. (org.) *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Peres Editora, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- RODRIGUES, Alexsandro. *Por diferentes caminhos da vida cotidiana: a escola rural como sonho possível*. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- VALLA, Victor Vicent (org.). *Saúde e educação*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.